

IMPRERP - Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires

DECRETO Nº 7.439 DE 23 OUTUBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE: INSTITUI O CENSO CADASTRAL PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES ATIVOS VINCULADOS AO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE RIBEIRÃO PIRES - IMPRERP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 3º da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, quanto à instituição de sistema integrado de dados relativos às remunerações, proventos e pensões pagos aos respectivos servidores, bem como o disposto no art. 9º, inciso II, do mesmo diploma legal o qual estabelece que o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores deverá proceder com o recenseamento previdenciário;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de avaliação atuarial em cada balanço financeiro para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios de acordo com o disposto no art. 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 9717, de 27 de novembro de 1998 e para tanto, da necessidade de se manter atualizado os dados cadastrais dos servidores públicos municipais de Ribeirão Pires, seja da ativa ou mesmo inativo ou pensionista ligado ao Regime Próprio de Previdência Social da municipalidade;

CONSIDERANDO a Portaria Ministério do Trabalho e Previdência nº 1.467, de 02 de junho de 2022, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos;

CONSIDERANDO que para a realização anual do estudo atuarial, o IMPRERP deve observar as disposições contidas na PORTARIA Nº 464, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018 da Previdência Social, em especial de seu art. 3º;

CONSIDERANDO a importância da atualização periódica, gestão e controle da base de dados dos servidores públicos municipais inativos e pensionistas vinculados ao Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires – IMPRERP.

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Censo Cadastral Previdenciário, a todos os servidores públicos municipais ativos vinculados ao Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires - IMPRERP;

Art. 2º. O Censo Cadastral Previdenciário tem caráter obrigatório para todos os servidores de que trata o artigo 1º do presente decreto e destina-se a atualização dos dados cadastrais, inserção de novos documentos ou para ratificação de dados já existentes na base de dados cadastrais da Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires e do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires - IMPRERP.

Parágrafo único. O Censo Cadastral Previdenciário terá divulgação nos sítios oficiais da Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires e do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires - IMPRERP ou em outros meios de comunicação.

Art. 3º. O Censo Cadastral Previdenciário será realizado no período de **13 de novembro de 2023 a 28 de dezembro de 2023**, devendo os servidores públicos municipais de que trata o artigo 1º efetuarem a atualização de seus dados e de seus respectivos dependentes, da seguinte forma:

I- eletrônica, através do link: <https://portaldosegurado.app/ribeiraopires>.

II- através da equipe de facilitadores disponibilizada pelo IMPRERP nos seguintes locais das 9h às 16h:

a- de **16/11 a 24/11** na Secretaria de Educação;

- b- de **27/11 a 01/12** na Secretaria de Saúde, e;
- c- de **04/12 a 15/12** no Paço Municipal.
- d- de **18/12 a 22/12** na Câmara Municipal.

III- ou excepcionalmente, diretamente com o Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires - IMPRERP, com agendamento de horário para atendimento, pelo telefone/whats app (11) 482434-3492.

§ 1º - Durante a execução do Censo Cadastral Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires - IMPRERP providenciar a complementação, alteração, solicitar, caso necessário, a apresentação de documentação comprobatória e a validação dos dados cadastrais dos segurados.

§ 2º - Os servidores ativos vinculados ao Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires - IMPRERP que se encontrarem incapacitados fisicamente para a realização do presente Censo Previdenciário, deverão comprovar tal condição por meio de atestado médico e designar representante, por meio de procuração legal;

Art. 4º. A organização e implementação do Censo Cadastral Previdenciário será de responsabilidade do Município, IMPRERP e da Câmara Municipal, sendo o Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires - IMPRERP o responsável pela sua operacionalização, gerenciamento e fiscalização de sua execução.

Art. 5º. Os segurados de que trata o presente DECRETO serão responsáveis pela veracidade dos dados informados no Censo Cadastral Previdenciário, podendo serem responsabilizados nas esferas cível, administrativa e criminal em caso de, dolosamente, promoverem a inclusão de informação incorreta, falsa ou por omissão de dados.

Art. 6º. A obrigatoriedade estabelecida neste decreto abrange, inclusive, o servidor público municipal que estiver em gozo dos seguintes afastamentos:

- I - férias regulamentares;
- II - licença por motivo de doença em pessoa da família;
- III - licença para o serviço militar;
- IV - licença para atividade política;
- V - licença para capacitação;
- VI - licença para tratar de interesses particulares;
- VII - cedidos a outros órgãos Públicos;
- VIII – licença maternidade.

Parágrafo único. O servidor que estiver no gozo da licença para tratar de interesse particular deverá comparecer pessoalmente no IMPRERP para realizar o seu recadastramento até 15 (quinze) dias úteis, após o término da sua licença, apresentando as documentações exigidas no artigo 8º e 9º.

Art. 7º. O Censo Cadastral Previdenciário será desenvolvido sob as seguintes diretrizes:

- I. eficiência e ética na utilização dos dados dos servidores segurados do IMPRERP;
- II. cooperação entre o Município, sua Autarquia Previdenciária e a Câmara Municipal;
- III. melhoria na qualidade dos dados dos segurados do RPPS do Município de Ribeirão Pires, objetivando a efetivação de avaliação atuarial consistente e a garantia de agilidade na concessão de benefícios previdenciários e ainda,
- IV. ampliação do movimento da qualidade e produtividade do setor público.

Art. 8º. No período de realização do Censo Previdenciário o servidor municipal deverá apresentar a seguinte documentação (online):

I - documento de identidade reconhecido legalmente em todo o território nacional, com fotografia;

II - comprovante de inscrição e certidão de situação cadastral no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

III - comprovante de residência (conta de água, luz, telefone ou condomínio), de um dos últimos três meses;

IV - certidão de casamento ou declaração de união estável (documento oficial registrado em cartório ou declaração de próprio punho quando da inexistência de documento oficial registrado em cartório);

V - averbação da separação judicial ou divórcio, para aqueles que tenham contraído matrimônio, nos casos em que se aplicar;

VI - carteira nacional de habilitação - CNH, se houver, sendo obrigatória a sua apresentação para cargos que exijam esse documento;

VII – Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS.

Art. 9º. Caso o servidor possua dependente(s) previdenciários (cônjuge ou companheiro(a) e filhos menores de 18 anos ou de qualquer idade quando inválidos), devem ser apresentados, ainda, os seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou documento de identidade reconhecido legalmente em todo o território nacional;

II - comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

III - documento de comprovação de tutela ou curatela, ainda que provisório, em caso de menor sob guarda em processo de adoção.

Art. 10. Não serão aceitos documentos:

I - rasurados ou ilegíveis; e,

II - sem as devidas averbações atualizadas, quando for o caso.

Art. 11. Na ausência de algum documento exigido neste decreto, o recadastramento não será realizado.

Art. 12. O servidor, o responsável ou o declarante responderá civil, penal e administrativamente por documentos e/ou informações falsas ou incorretas que apresentar e/ou prestar no ato do recadastramento.

Art. 13. O servidor de carreira que, sem justificativa prévia e por escrito, não realizar o recadastramento **está sujeito à imediata advertência**.

Art. 14. As chefias imediatas dos servidores deverão organizar as escalas de trabalho e garantir o atendimento e os serviços públicos essenciais enquanto o servidor estiver realizando o recadastramento.

Art. 15. Não será permitida a realização de Censo Previdenciário por procuração ou representação, salvo se o servidor estiver sem o gozo, ainda que parcial, de sua capacidade civil.

Art. 16. Casos de omissão ou eventual prorrogação do censo previdenciário, serão supridas e editadas por meio de resolução da superintendência do IMPRERP.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

CLAYTON SOARES DOS SANTOS
Superintendente do Imprerp